

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Senhores Acionistas

Submetemos à V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Zurich Vida e Previdência S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, associadas às normas e instruções dos órgãos reguladores e supervisores aplicáveis às operações de seguros, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, Relatório do Comitê de Auditoria e Relatório dos Auditores Independentes. Conforme legislação societária fica assegurado aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido anual ajustado.

### Investimentos

Os investimentos, que são ativos garantidores das provisões técnicas, composto por títulos de renda fixa e quotas de fundos de investimentos atingiram ao final do exercício, o montante de R\$ 1.749 milhões (R\$ 1.342 milhões em 2016). Os ativos financeiros estão classificados na categoria “Disponível para Venda” e “Ao Valor Justo por Meio do Resultado” em atendimento a Circular SUSEP nº 517/15 e suas respectivas alterações. Todos os ativos financeiros estão vinculados às câmaras de liquidação (SELIC e CETIP) e são 100% oferecidos como ativos garantidores.

### Provisões Técnicas

O valor contabilizado das provisões técnicas, ao final do exercício, é de R\$ 1.731 milhões (R\$ 1.335 milhões em 2016).

### Desempenho Operacional

A Zurich Vida e Previdência S.A. apresentou no exercício de 2017 um lucro líquido de R\$ 2.560 mil (R\$ 1.690 mil em 2016). Os ativos totais atingiram o montante de

R\$ 1.774 milhões ao final do exercício de 2017 (R\$ 1.371 milhões em 2016), enquanto que o patrimônio líquido atingiu R\$ 21 milhões (R\$ 19 milhões em 2016).

O volume de prêmios emitidos e rendas de contribuição atingiram R\$ 159.775 mil em 2017 (R\$ 168.082 mil em 2016) e os prêmios ganhos e receita de contribuição e prêmios de VGBL atingiram R\$ 21.675 mil (R\$ 31.355 mil em 2016).

As despesas administrativas atingiram R\$ 5.440 mil ao final do exercício de 2017 (R\$ 3.559 mil em 2016).

### Controles Internos e Compliance

O fortalecimento do ambiente de controles internos é uma alta prioridade para Zurich e uma iniciativa fundamental em finanças, que se utiliza da metodologia interna de controles internos baseada em Sarbanes-Oxley (SOX), para garantir a acuracidade das demonstrações financeiras. A aplicação desta metodologia sobre os processos e controles relacionados às demonstrações financeiras é responsabilidade da equipe SOX, a qual dá suporte metodológico aos proprietários dos processos e controles. Todos os processos e controles das demonstrações financeiras estão historicamente armazenados no sistema RACE, um sistema corporativo gerido para função de Group Risk Management, permitindo uma gestão adequada destes controles. A estrutura de controles internos para as demonstrações financeiras faz parte da estrutura geral de controles internos dentro da governança de gerenciamento de riscos da Zurich.

Quanto à estrutura de Compliance, o Grupo Zurich mantém independente para atendimento aos requerimentos legais, regulatórios e exigências e controles requeridos pelo Grupo. São de responsabilidade do departamento de Compliance a implementação de políticas internas, o acompanhamento da implementação de novas leis e regula-

ções e as atividades da empresa, e a verificação de conformidade das regras, para garantir segurança jurídica à sua Diretoria e ao seu Conselho Administrativo. Também é de responsabilidade do Compliance a elaboração de treinamentos, visando à criação de uma cultura de Compliance na empresa e o monitoramento do cumprimento dos standards do Grupo Zurich.

### Perspectivas

O Grupo Zurich mantém suas expectativas positivas quanto ao crescimento sustentável da economia brasileira, como afirmam seus crescentes investimentos no mercado segurador e ressegurador com foco em: aquisições, parcerias estratégicas na distribuição de produtos, desenvolvimento de produtos adequados à realidade brasileira e mais competitivos. Somam-se a estes os crescentes investimentos em Tecnologia da Informação e Marketing, importantíssimos para o processamento de alto nível e a prestação de serviços de excelência em qualidade e valor, conforme os padrões globais da Zurich.

Na opinião da Administração estes crescentes investimentos aliados ao foco estratégico nos clientes, sobretudo em suas necessidades e desejos, trarão a escala e a eficácia operacionais necessárias à concretização das metas do Grupo Zurich, que por meio desta sinergia, as expectativas positivas se estendem também para a Seguradora.

### Agradecimentos

A Zurich Vida e Previdência S.A. agradece à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP pelo apoio e orientações obtidas. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2018.

A Administração

## BALANÇOS PATRIMONIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais)

| Ativo                                  | Nota explicativa | 2017             |                  | 2016  |       |
|--|------------------|------------------|------------------|-------|-------|
|  |                  | 1.757.143        | 1.352.438        | 8.753 | 9.886 |
| <b>Circulante</b>                      |                  |                  |                  |       |       |
| Disponível                             |                  | 8.753            | 9.886            |       |       |
| Caixa e bancos                         | 5                | 7.565            | 9.886            |       |       |
| Equivalente de caixa                   | 5                | 1.188            | —                |       |       |
| Aplicações                             | 6                | 1.735.257        | 1.332.703        |       |       |
| Outros créditos operacionais           |                  | 2.143            | 2.245            |       |       |
| Títulos e créditos a receber           |                  | 3.705            | 6.161            |       |       |
| Créditos tributários e previdenciários | 7                | 3.553            | 6.067            |       |       |
| Outros créditos                        |                  | 152              | 94               |       |       |
| Despesas antecipadas                   |                  | 175              | 174              |       |       |
| Custos de aquisição diferidos          | 9                | 7.110            | 1.269            |       |       |
| <b>Não Circulante</b>                  |                  | <b>17.255</b>    | <b>19.051</b>    |       |       |
| Realizável a longo prazo               |                  | 17.233           | 19.010           |       |       |
| Aplicações                             | 6                | 13.590           | 9.695            |       |       |
| Títulos e créditos a receber           |                  | 3.643            | 9.315            |       |       |
| Depósitos judiciais e fiscais          | 10               | 3.643            | 9.315            |       |       |
| Imobilizado                            |                  | 22               | 41               |       |       |
| Bens móveis                            |                  | 22               | 41               |       |       |
| <b>Total do Ativo</b>                  |                  | <b>1.774.398</b> | <b>1.371.489</b> |       |       |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

| Passivo e Patrimônio Líquido                         | Nota explicativa | 2017             |                  | 2016   |       |
|--|------------------|------------------|------------------|--------|-------|
|  |                  | 1.745.334        | 1.339.246        | 15.535 | 5.680 |
| <b>Circulante</b>                                    |                  |                  |                  |        |       |
| Contas a pagar                                       |                  | 15.535           | 5.680            |        |       |
| Obrigações a pagar                                   | 8                | 15.337           | 5.265            |        |       |
| Impostos e encargos sociais a recolher               |                  | 175              | 401              |        |       |
| Impostos e contribuições                             |                  | 23               | 14               |        |       |
| <b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b> |                  | <b>1.030</b>     | <b>969</b>       |        |       |
| Prêmios a restituir                                  |                  | 682              | 710              |        |       |
| Corretores de seguros e resseguros                   |                  | —                | 12               |        |       |
| Outros débitos operacionais                          |                  | 348              | 247              |        |       |
| Depósitos de terceiros                               |                  | 295              | 666              |        |       |
| <b>Provisões técnicas – seguros</b>                  |                  | <b>1.117.303</b> | <b>868.277</b>   |        |       |
| Danos  | 11 (a)           | 59.575           | 55.919           |        |       |
| Vida com cobertura por sobrevivência                 |                  | 1.057.728        | 812.358          |        |       |
| <b>Provisões técnicas – previdência complementar</b> |                  | <b>611.171</b>   | <b>463.654</b>   |        |       |
| Planos não bloqueados                                | 11 (b)           | 119              | 119              |        |       |
| PGBL   |                  | 611.052          | 463.535          |        |       |
| <b>Não Circulante</b>                                |                  | <b>7.596</b>     | <b>12.917</b>    |        |       |
| Contas a pagar                                       |                  | 74               | —                |        |       |
| Tributos diferidos                                   | 7 (b)            | 74               | —                |        |       |
| <b>Provisões técnicas – seguros</b>                  |                  | <b>1.176</b>     | <b>1.425</b>     |        |       |
| Vida com cobertura por sobrevivência                 | 11 (a)           | 1.176            | 1.425            |        |       |
| <b>Provisões técnicas – previdência complementar</b> |                  | <b>1.565</b>     | <b>1.471</b>     |        |       |
| Planos não bloqueados                                | 11 (b)           | 245              | 244              |        |       |
| PGBL   |                  | 1.320            | 1.227            |        |       |
| <b>Outros débitos</b>                                |                  | <b>4.781</b>     | <b>10.021</b>    |        |       |
| Provisões judiciais                                  | 10 (b)           | 4.781            | 10.021           |        |       |
| <b>Patrimônio líquido</b>                            |                  | <b>21.468</b>    | <b>19.327</b>    |        |       |
| Capital social                                       | 12 (a)           | 12.628           | 12.628           |        |       |
| Reservas de lucros                                   | 12 (b)           | 8.750            | 6.798            |        |       |
| Ajuste de avaliação patrimonial                      |                  | 90               | (99)             |        |       |
| <b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>         |                  | <b>1.774.398</b> | <b>1.371.489</b> |        |       |

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais, exceto o resultado básico pção)

|  | Nota explicativa | 2017          |               | 2016      |           |
|--|------------------|---------------|---------------|-----------|-----------|
|  |                  | 138.983       | 136.521       | (138.162) | (136.797) |
| Rendas de contribuições e prêmios                      |                  |               |               |           |           |
| Constituição da provisão de benefícios a conceder      |                  |               |               |           |           |
| <b>(=) Receitas de contribuições e prêmios de VGBL</b> |                  | <b>821</b>    | <b>(277)</b>  |           |           |
| (+) Rendas com taxas de gestão e outras taxas          |                  | 3.738         | 3.049         |           |           |
| (+/-) Variações de outras provisões técnicas           |                  | (93)          | 64            |           |           |
| (-) Benefícios retidos                                 |                  | (133)         | (79)          |           |           |
| (-) Custos de aquisição                                | 13 (c)           | (6.228)       | (946)         |           |           |
| (-) Outras despesas operacionais                       | 13 (d)           | (63)          | (84)          |           |           |
| Prêmios emitidos                                       | 13 (a)           | 20.792        | 31.561        |           |           |
| (+) Contribuições para cobertura de riscos             |                  | 62            | 71            |           |           |
| <b>(=) Prêmios ganhos</b>                              |                  | <b>20.854</b> | <b>31.632</b> |           |           |
| Sinistros ocorridos                                    | 13 (b)           | (17.493)      | (26.864)      |           |           |
| Custos de aquisição                                    | 13 (c)           | 4.758         | 269           |           |           |
| Outras despesas operacionais                           | 13 (d)           | (376)         | (556)         |           |           |
| Despesas administrativas                               | 13 (e)           | (5.440)       | (3.559)       |           |           |
| Despesas com tributos                                  | 13 (f)           | 2.892         | (2.411)       |           |           |
| Resultado financeiro                                   | 13 (g)           | 1.510         | 1.705         |           |           |
| <b>(=) Resultado operacional</b>                       |                  | <b>4.747</b>  | <b>1.943</b>  |           |           |
| <b>Ganhos ou perdas com ativos não correntes</b>       |                  | <b>—</b>      | <b>(2)</b>    |           |           |
| <b>Resultado antes dos impostos e contribuições</b>    |                  | <b>4.747</b>  | <b>1.941</b>  |           |           |
| Imposto de renda                                       | 7 (a)            | (1.215)       | (129)         |           |           |
| Contribuição social                                    | 7 (a)            | (972)         | (122)         |           |           |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>                      |                  | <b>2.560</b>  | <b>1.690</b>  |           |           |
| Quantidade de ações                                    | 2.13             | 329.236       | 329.236       |           |           |
| Resultado básico por ação em R\$                       | 2.13             | 7,78          | 5,13          |           |           |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais)

|   | 2017         | 2016         |
|---|--------------|--------------|
| <b>Lucro líquido do exercício</b>                               | <b>2.560</b> | <b>1.690</b> |
| Ajuste de avaliação patrimonial – ativos disponíveis para venda | 51           | 58           |
| Ganhos realizados – ativos disponíveis para venda               | 212          | 3            |
| Tributos diferidos sobre ajuste de avaliação patrimonial        | (74)         | —            |
| <b>Total do resultado abrangente do exercício</b>               | <b>2.749</b> | <b>1.751</b> |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais)

|   | 2017           | 2016        |
|---|----------------|-------------|
| <b>Atividades operacionais</b>  | <b>2017</b>    | <b>2016</b> |
| Lucro líquido do exercício  | 2.560          | 1.690       |
| Ajustes para:   |                |             |
| Depreciação e amortizações  | 19             | 19          |
| Provisões judiciais   | (5.240)        | 1.224       |
| Variação das contas patrimoniais:                                     |                |             |
| Aplicações  | (406.260)      | (388.832)   |
| Outros créditos operacionais  | 102            | (545)       |
| Créditos tributários e previdenciários                                | 2.514          | (718)       |
| Depósitos judiciais e fiscais   | 5.672          | (774)       |
| Outros créditos   | (58)           | 58          |
| Despesas Antecipadas  | —              | (175)       |
| Custo de Aquisição Diferidos  | (5.841)        | (1.269)     |
| Obrigações a pagar  | 9.556          | (1.778)     |
| Impostos e contribuições  | 428            | 766         |
| Outras contas a pagar   | —              | (58)        |
| Débitos de operações com seguros e resseguros                         | —              | 263         |
| Débitos de operações com previdência complementar                     | —              | (51)        |
| Depósitos de terceiros  | (371)          | (364)       |
| Provisões técnicas - seguros  | 248.778        | 247.489     |
| Provisões técnicas - previdência                                      | 147.610        | 143.697     |
| Outros passivos   | (226)          | 177         |
| <b>Caixa consumido/gerado nas atividades operacionais</b>             | <b>(697)</b>   | <b>818</b>  |
| Juros pagos   | (18)           | (2)         |
| Impostos sobre os lucros pagos  | (418)          | (809)       |
| <b>Caixa líquido consumido/gerado nas atividades de financiamento</b> | <b>(1.133)</b> | <b>7</b>    |
| <b>Redução/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>       | <b>(1.133)</b> | <b>879</b>  |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período                    | 9.886          | 9.879       |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do período                     | 8.753          | 9.886       |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

“Outros créditos operacionais” e “Outros créditos”. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para impairment (recuperação) no mínimo anualmente.

### (b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. As aplicações financeiras são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, acrescidas dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa das aplicações financeiras tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Receitas e Despesas Financeiras” no período em que ocorrem. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como “Receitas e Despesas Financeiras”. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado em receitas financeiras. A Seguradora avalia anualmente se há evidência objetiva de que um ativo financeiro

continua na página seguinte ...

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Valores expressos em milhares de reais)

|   | Capital social | Aumento de Capital (em aprovação) | Reservas de lucros | Ajuste de avaliação patrimonial | Lucros acumulados | Total         |
|---|----------------|-----------------------------------|--------------------|---------------------------------|-------------------|---------------|
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>                      | <b>12.182</b>  | <b>446</b>                        | <b>6.839</b>       | <b>(160)</b>                    | <b>—</b>          | <b>19.307</b> |
| Pagamento de Juros ao Capital Proprio com Reserva de Lucros | —              | —                                 | (1.330)            | —                               | —                 | (1.330)       |
| Aumento de Capital:   |                |                                   |                    |                                 |                   |               |
| Portaria SUSEP/DIRAT/CGRAT nº 1318, de 29/02/2016           | 446            | (446)                             | —                  | —                               | —                 | —             |
| Ajuste de avaliação patrimonial                             | —              | —                                 | —                  | 61                              | —                 | 61            |
| Lucro líquido do exercício                                  | —              | —                                 | —                  | —                               | 1.690             | 1.690         |
| Reserva legal   | —              | —                                 | 84                 | —                               | (84)              | —             |
| Dividendos  | —              | —                                 | —                  | —                               | (401)             | (401)         |
| Reserva estatutária   | —              | —                                 | 1.205              | —                               | (1.205)           | —             |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>                      | <b>12.628</b>  | <b>—</b>                          | <b>6.798</b>       | <b>(99)</b>                     | <b>—</b>          | <b>19.327</b> |
| Pagamento de Juros ao Capital Proprio com Reserva de Lucros | —              | —                                 | —                  | —                               | —                 | —             |
| Aumento de Capital:   |                |                                   |                    |                                 |                   |               |
| Portaria SUSEP/DIRAT/CGRAT nº 1318, de 29/02/2016           | —              | —                                 | —                  | —                               | —                 | —             |
| Ajuste de avaliação patrimonial                             | —              | —                                 | —                  | 189                             | —                 | 189           |
| Lucro líquido do exercício                                  | —              | —                                 | —                  | —                               | 2.560             | 2.560         |
| Reserva legal   | —              | —                                 | 128                | —                               | (128)             | —             |
| Dividendos  | —              | —                                 | —                  | —                               | (608)             | (608)         |
| Reserva estatutária   | —              | —                                 | 1.824              | —                               | (1.824)           | —             |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>                      | <b>12.628</b>  | <b>—</b>                          | <b>8.750</b>       | <b>90</b>                       | <b>0</b>          | <b>21.468</b> |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 1. Informações gerais

A Zurich Vida e Previdência S.A. (“Seguradora”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, que opera nos ramos de seguro de vida e previdência complementar aberta, em qualquer de suas modalidades ou formas, em todo o território nacional, podendo participar em outras sociedades, observadas as disposições pertinentes.

O capital social da Seguradora é constituído por 329.236 ações ordinárias, tendo como acionista a Seguradora Zurich Minas Brasil Seguros S.A..

Conforme a Circular SUSEP nº 535/16 e alterações posteriores, a Seguradora opera com grupo de ramos e é autorizada a operar com pessoas coletivas, pessoas individuais e previdência complementar. Atualmente, a Seguradora opera com produto de previdência e DPVAT.

Para 2018 a Seguradora revogou o contrato de DPVAT, passando a operar apenas com o produto de previdência.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 23 de fevereiro de 2018.

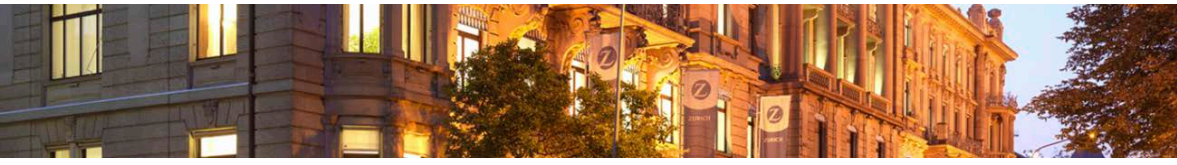
### 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

#### Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 11.638/07, em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e contemplam as alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 517/15, e alterações posteriores, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.





... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização.

(c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (i) Ativos contabilizados ao custo amortizado

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros, incluindo títulos patrimoniais, perderam valor incluem, mas não se limitam a:

- dificuldade financeira relevante do emiteute ou tomador;
• quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal;
• desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;

• dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos da carteira.

A Seguradora avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de impairment. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos, descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato.

(ii) Ativos classificados como disponíveis para venda
A Seguradora avalia no final de cada período de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Para os títulos públicos, a Seguradora usa os mesmos critérios utilizados para os ativos negociados ao custo amortizado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo – medido como a diferença entre o custo atualizado e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por impairment sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente em lucro ou prejuízo – será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

Perdas por impairment em ações, reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas. Se, em um período subsequente, o valor justo de instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por impairment ter sido reconhecido em lucro ou prejuízo, o prejuízo por impairment é revertido por meio da demonstração do resultado.

(d) Instrumentos financeiros derivativos
Durante os exercícios de 2017 e 2016, a Seguradora não negociou instrumentos financeiros derivativos.

2.5. Contratos de seguros

A Seguradora emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem risco de seguro. O contrato de seguro é aquele em que a Seguradora aceita um risco de seguro significativo do segurador, aceitando compensá-lo, no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico ou adverso ao segurador.

Como guia geral, risco significativo de seguro é quando a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) é maior do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra.

2.6. Provisões judiciais e ativos contingentes
Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetários incorridos. A Seguradora avalia as suas contingências ativas e passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, através das determinações emanadas pelo CPC 25 – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, e referendada pela Circular SUSEP nº 517/15, e alterações posteriores.

(a) Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação de um evento futuro certo, apesar de não ocorrer, e depende apenas dela, ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabe mais recurso, caracterizando o ganho como praticamente certo.

(b) Provisões judiciais não relacionadas a sinistro: são constituídas pela Administração levando em conta a opinião dos assessores jurídicos internos e externos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

(c) Provisões fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

2.7. Provisões técnicas
(a) DPVAT
São constituídas Provisão de sinistros a liquidar (PSL), Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) e Provisão para despesas administrativas (PDA) para o seguro de danos provocados por veículos automotores de vias terrestres (DPVAT), com base nos informes emitidos pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., de acordo com a legislação específica do CNSP.

(b) Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAc)
Será calculada de acordo com o valor das contribuições pagas, deduzido, quando for o caso, o carregamento, e o valor das portabilidades de recursos de outros planos previdenciários, calculados diariamente de acordo com a rentabilidade das quotas de fundos de investimentos especialmente constituídos (FIE), onde estão aplicados os referidos recursos.

(c) Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)
A Provisão matemática de benefícios concedidos corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros decorrente do evento gerador, calculada de acordo com a Nota Técnica Atuarial do plano e de acordo com as características da cobertura do mesmo.

(d) Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)
A finalidade desta provisão é cobrir despesas administrativas futuras, em função de eventos já ocorridos e a ocorrer. Desta forma, é estimado o valor de despesa unitária de acordo com as despesas administrativas incorridas durante um período de 15 meses anteriores ao estudo.

(e) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)
A constituição da Provisão de riscos não expirados visa cobrir os sinistros a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer referente aos riscos vigentes em determinada data base de cálculo. O cálculo é "pro-rata-die", tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco, no mês de constituição.

(f) Provisão Complementar de Cobertura (PCC)
A Provisão complementar de cobertura é resultado do Teste de Adequação de Passivos, conforme nota 2.8.

(g) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)
Refere-se aos valores de pecúlios e rendas aleatórios, inclusive atualização destes valores, não pagos em decorrência de eventos ocorridos.

(h) Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)
Os valores que integram essa provisão são apurados com base nos resgates a regularizar, devoluções de prêmios ou contribuições e portabilidades solicitadas ainda não transferidas para a entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora receptora.

(i) Provisão de Eventos Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR)
A Zurich Vida e Previdência S.A. não possui histórico de informações com dados suficientes para estabelecer Nota Técnica Atuarial com metodologia específica. Desta forma a constituição desta provisão segue os percentuais e critérios definidos pela Circular SUSEP nº 517/15.

2.8. Teste de Adequação do Passivo – TAP
O Teste de Adequação de Passivos (TAP) é realizado para as datas-bases 31 de dezembro de 2017 e 2016 anualmente, conforme determina a Circular SUSEP nº 517/15, com o objetivo de avaliar a suficiência das provisões técnicas em relação ao fluxo das obrigações da Seguradora.

As provisões técnicas mencionadas são líquidas de custos de aquisição e eventuais ativos intangíveis. Ao resultado desta apuração, dá-se o nome de Net Carrying Amount. Para a estimativa dos fluxos de caixa futuros, de contribuições, benefícios e despesas, a Seguradora utiliza os parâmetros definidos pela norma, com destaque para as estimativas de sobrevivência, utilizadas de acordo com a tábua BR-EMS, e a estrutura a termo de taxa de juros livre de risco, obtida no sítio da SUSEP, de acordo com o indexador da obrigação.

Cabe ressaltar que neste teste o agrupamento de informações é realizado por carteira, com compensação entre produtos (processos SUSEP), em uma mesma provisão técnica. Se o valor presente dos fluxos de caixa mencionados for superior às provisões contabilizadas, a insuficiência é registrada em Provisão Complementar de Cobertura (PCC), correspondente à fase do plano em que a insuficiência foi constatada, seja durante a fase de acumulação (PCC-PMBAc) ou na fase de concessão de benefício (PCC-PMBC), ou ainda em PCC-PPNG para os benefícios de risco. Para as demais provisões, o ajuste (cobertura da insuficiência) é realizado no saldo da própria provisão. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Seguradora realizou o cálculo de TAP e não identificou insuficiência de provisões técnicas.

2.9. Principais tributos
A contribuição social foi constituída pela alíquota de 20% e o imposto de renda foi constituído pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedem R\$ 120 no semestre.

Os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados, são registrados no exercício de ocorrência do fato e são calculados com base nessas mesmas alíquotas. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributário futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser compensadas, em conformidade com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

2.10. Capital social
As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido, (vide nota 10 (a)).

2.11. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Seguradora é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Seguradora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório de 25% somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral (vide nota 10 (c)).

2.12. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, observando-se o critério "pro-rata-die". As receitas e despesas decorrentes de operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas de acordo com a regulamentação da SUSEP/CNSP, com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A..

As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento.

2.13. Resultado por ação

O lucro básico por ação para o exercício é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela quantidade média de ações da Seguradora. Durante o período de reporte a Seguradora não possuía instrumentos ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o lucro por ação do exercício e consequentemente o lucro por ação básico é equivalente ao lucro por ação diluído segundo os requerimentos do CPC 41.

2.14. Normas alterações e interpretações que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente
IFRS 9, "Instrumentos Financeiros", emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o CPC 38/IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração".

As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novo modelo de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (ii) novo modelo de impairment; e (iii) nova diretriz para a adoção de contabilização de hedge. IFRS 15 "Reconhecimento da Receita", CPC 47. Esta norma trata o reconhecimento de receita, mas não se aplica a receita de contratos de seguro e resseguro. A Administração está avaliando os impactos e não se espera impactos relevantes.

IFRS 17 "Contratos de Seguro", emitido em maio de 2017 pelo IASB para substituir o IFRS 4 publicado em 2014. O IFRS 17 prevê que os passivos da Seguradora sejam mensurados a valor justo e forneçam uma abordagem mais uniforme de mensuração e apresentação para todos os contratos de seguro. O IFRS 17 passa vigorar em 01 de janeiro de 2021, sendo permitido a aplicação antecipada. Aguardando aprovação desta norma pela SUSEP.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

Algumas práticas contábeis requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da Administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. A medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Seguradora adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado; as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação; e as provisões que envolvem valores em discussão judicial. Destacamos, especialmente, a utilização de estimativas na avaliação de passivos de seguros, descrito no item (a) abaixo, e as estimativas utilizadas para o cálculo de recuperabilidade (impairment) de ativos financeiros, descrita a seguir.

Alterações em tais premissas ou diferenças destas em face da realidade poderão causar impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados.

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros
As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de seguros da Seguradora representam a área onde a Seguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar em última instância.

A Seguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração e atuários da Seguradora para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de vida e previdência complementar. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na nota 9.

(b) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (impairment) de ativos financeiros
A Seguradora aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Seguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros.

A Seguradora segue as orientações do CPC 38 para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está impaired. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Seguradora avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

(c) Provisões para contingências
A Seguradora possui diversos processos judiciais e administrativos, essas provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e potenciais riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. Cabe a Administração a avaliação final da probabilidade de perda e o valor da provisão judicial. A Administração acredita que essas provisões para contingência estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

3. Estrutura de gerenciamento de riscos
O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Seguradora.

A Seguradora considera ainda que a atividade de gerenciamento de riscos é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e também em função da globalização dos negócios. Por essa razão, as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas utilizadas internacionalmente, devidamente adaptadas à nossa realidade. Consideráveis investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários.

Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado. No sentido amplo, o processo de governança corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma seguradora e proteger os stakeholders, a exemplo de acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores etc., bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor à empresa e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a alta administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação dos riscos.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de controles internos e compliance (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração.

A estrutura do processo de gerenciamento de riscos da Seguradora permite que os riscos de seguro, crédito, liquidez e mercado sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Para assegurar unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um departamento específico, denominado Risk Management, com o intuito de obter sinergia entre estas atividades na Seguradora, tendo por atribuição assessorar a alta administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos no âmbito do consolidado econômico financeiro.

(a) Risco de seguro
O gerenciamento de risco de seguro é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de vida e previdência, o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos.

A teoria de probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento das operações de seguros. O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros/benefícios seja maior do que o estimado.

(i) Estratégia de subscrição
A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados. Essa estratégia é definida anualmente em um planejamento estratégico que estabelece as classes de negócios, regiões territoriais e segmentos de mercado em que a Seguradora irá operar. Com base nas estratégias definidas, são elaboradas as políticas de aceitação e os processos de gestão de riscos dos contratos de seguros.

A política de aceitação de riscos abrange a totalidade dos ramos de seguros operados e considera a experiência histórica e premissas atuariais.

(ii) Gerenciamento de ativos e passivos

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade de manter o balanceamento de ativos e passivos.

O gerenciamento de ativos e passivos é monitorado pelo Comitê ALMIC (Asset Liability Management Investment Committee), que aprova trimestralmente as metas, limites e condições de investimentos, bem como acompanha a maturidade dos ativos e passivos envolvidos na provisão técnica, afim de prevenir o descasamento de ambos. A equipe atuarial faz a análise da maturidade dos passivos de seguros e a disponibilidade para o Comitê.

(iii) Gerenciamento de riscos por segmento de negócios
O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros); e (iii) gerenciamento de ativos e passivos. Além disso, o Teste de Adequação do Passivo é realizado, semestralmente, com o objetivo de averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas.

Riscos de seguro vida e previdência
Os riscos que abrangem o seguro de vida e previdência são:
• risco de mortalidade, é o risco que a experiência real da morte do tomador de seguros de vida seja maior do que o esperado;
• risco de longevidade, é o risco de que pensionistas vivam mais do que o esperado;
• risco de morbidade, é o risco que as alegações de segurados relacionados com a saúde sejam maiores que o esperado;
• risco do comportamento do segurado, é o risco em que os segurados que apresentam descontinuidade e redução nas contribuições de períodos anteriores para maturidade dos contratos sejam piores que o esperado, reduzindo o fluxo de caixa de negócios subscritos impactando na habilidade de cobertura das despesas de comissão diferida;
• risco de despesa, é o risco de que as despesas de aquisição e gestão das políticas sejam maiores do que o esperado.

Um portfólio mais diversificado de riscos é menos suscetível de ser afetado por uma alteração em qualquer subconjunto dos riscos. A Seguradora conta com comitês locais de desenvolvimento de produto e um comitê de aprovação do produto, sob a liderança do Chief Risk Officer Global Life, para potenciais produtos de vida nova que poderá aumentar significativamente ou alterar a natureza de seus riscos. Estes exames permitem a Seguradora gerir novos riscos inerentes às suas proposições de novos negócios. A Seguradora analisa periodicamente a adequação continuada e os riscos potenciais dos produtos existentes.

Segue uma visão geral das principais linhas do grupo de negócio:
• Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL)
É um plano de previdência complementar, que objetiva a concessão de benefícios, em vida, ao participante, cujo valor do benefício é livre, ou seja, irá variar de acordo com as contribuições pagas e a rentabilidade do fundo no qual suas provisões serão aplicadas. A Seguradora conta em sua carteira com planos com atualização de valores pelo IGP-M/FGV e IPCA/IBGE. As tábuas base para conversão em renda são a AT-83, AT-2000 e a BR-EMSSb, esta última adotada nos planos lançados mais recentemente.

• Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL)
É um seguro de vida com cobertura por sobrevivência, que objetiva a concessão de indenizações em vida ao Segurado, cujo valor do benefício é livre, ou seja, irá variar de acordo com os prêmios pagos e a rentabilidade do fundo no qual suas provisões serão aplicadas. A Seguradora conta em sua carteira com planos com atualização de valores pelo IGP-M/FGV e IPCA/IBGE. As tábuas base para conversão em renda são a AT-83, AT-2000 e a BR-EMSSb, esta última adotada nos planos lançados mais recentemente.

(iv) Análise de sensibilidade
Alguns resultados da análise de sensibilidade estão apresentados abaixo. A Seguradora não tem cessão de riscos em resseguro, razão pela qual não apresentamos o impacto sobre valores líquidos. Também não apresentamos um teste para a variável sinistralidade, pois a carteira da Seguradora é composta apenas de planos de previdência, e por se tratar de obrigações de longo prazo, o modelo de projeções utiliza para a estimativa dos sinistros as tábuas de mortalidade e de sobrevivência. A inflação não foi considerada no teste porque todos os planos têm obrigações indexadas ao IGP-M/FGV e IPCA/IBGE, e, desta forma, o efeito da inflação não é importante para avaliação do fluxo de obrigações de longo prazo. Os efeitos sobre as variáveis mortalidade e sobrevivência estão consolidados no teste de sensibilidade para a taxa de mortalidade, por estarem interligados. O cálculo das estimativas de sobrevivência e de morte utilizaram as tábuas BR-EMS, versão 2015, conforme determina Circular SUSEP nº 517/15. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP, conforme o indexador de cada plano e de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15. A premissa de conversão em renda foi estimada a partir da experiência da Seguradora nos últimos 3 anos, sendo adotado, conservadoramente, um índice base muito superior ao observado no período. Para cada teste é demonstrado o impacto de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator.

Impacto no resultado do exercício e no patrimônio líquido 2017

Table with 3 columns: Premissas atuariais, Resultado antes dos impostos, Patrimônio líquido. Rows include Aumento de 1% na taxa de juros, Redução de 1% na taxa de juros, Aumento de 5% na taxa de mortalidade, Redução de 5% na taxa de mortalidade, Aumento de 20% na conversão em renda, Redução de 20% na conversão em renda.

Impacto no resultado do exercício e no patrimônio líquido 2016

Table with 3 columns: Premissas atuariais, Resultado antes dos impostos, Patrimônio líquido. Rows include Aumento de 1% na taxa de juros, Redução de 1% na taxa de juros, Aumento de 5% na taxa de mortalidade, Redução de 5% na taxa de mortalidade, Aumento de 20% na conversão em renda, Redução de 20% na conversão em renda.

Total de rendas de contribuições e prêmios por região geográfica

Table with 6 columns: Linhas de negócios, Sul, Sudeste, Norte, Nordeste, Centro-oeste, Total. Rows include PGBL, VGBL, Total em 31/12/2017, Total em 31/12/2016.

(c) Risco de crédito
Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora.

As áreas-chave em que a Seguradora está exposta ao risco de crédito são os ativos financeiros. O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito dos ativos financeiros, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's entre outras. Além disso, é avaliada a concentração de exposições por setor da indústria e região geográfica de renda de contribuições, conforme Nota 4 (b).

Exposições ao risco de crédito
A tabela abaixo demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito. Os ativos são analisados na tabela abaixo usando o rating da Standard & Poor's (S&P), ou equivalente quando o da S&P não estiver disponível. A concentração do risco de crédito não alterou substancialmente comparada ao período anterior.

(d) Risco de liquidez
Composição de carteira por classe e por categoria contábil

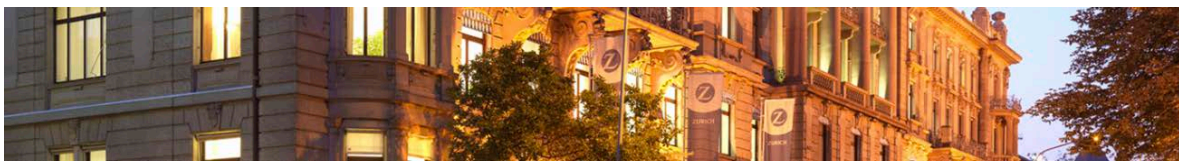
Table with 5 columns: AA, BB, B, 2017. Rows include Caixa e equivalentes de caixa (nota 5), Disponíveis para venda (nota 6), Públicos, Exposição máxima ao risco de crédito, Composição de carteira por classe e por categoria contábil.

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)
Disponíveis para venda (nota 6)
Públicos
Exposição máxima ao risco de crédito
Composição de carteira por classe e por categoria contábil

Table with 5 columns: AAA, AA, 2016. Rows include Caixa e equivalentes de caixa (nota 5), Disponíveis para venda (nota 6), Públicos, Exposição máxima ao risco de crédito.

continua na página seguinte ...





... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Os fundos de investimentos exclusivos R\$ 1.669.651 em 2017 (R\$ 1.276.581 em 2016) não estão sendo avaliados por que a Seguradora assumi que o risco é do beneficiário e não da companhia.

O risco de liquidez é o risco da Seguradora não ter recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Seguradora é manter uma liquidez adequada e liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse.

A Seguradora tem políticas de liquidez em todo o grupo de gestão e de diretrizes específicas sobre a forma de planejar, gerenciar e relatar sua liquidez local, propiciando recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

(i) Gerenciamento de risco de liquidez

O gerenciamento de risco de liquidez é realizado pelo departamento financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de

direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para permitir à Seguradora liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

(ii) Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade da Seguradora de cobrir altas exigências de liquidez, por exemplo, no caso de um desastre natural.

A Administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A tabela abaixo demonstra o agrupamento dos passivos para análise de liquidez. Os passivos financeiros são apresentados em uma base de fluxo de caixa contratual com exceção dos passivos de seguro que estão apresentados pelos fluxos de caixa esperados.

Table with 4 columns: Maturidade dos passivos no exercício de 31 de dezembro de 2017, Zero a um ano, Um a três anos, Três a cinco anos, Acima de cinco anos, Valor total, Valor contábil.

Table with 4 columns: Maturidade dos passivos no exercício de 31 de dezembro de 2016, Zero a um ano, Um a três anos, Três a cinco anos, Acima de cinco anos, Valor total, Valor contábil.

O valor da maturidade dos passivos não contempla o saldo de DPVAT de R\$ 59.575 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 55.919 em 31 de dezembro de 2016)

(e) Risco de mercado

(i) Gerenciamento de risco de mercado

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. Este risco tem sido acompanhado com crescente interesse pelo mercado, com substancial evolução técnica nos últimos anos, no intuito de evitar, ou pelo menos minimizar, eventuais prejuízos para as instituições, dada a elevação na complexidade das operações realizadas nos mercados.

(ii) Controle do risco de mercado

O risco de mercado é gerenciado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança, tendo como consequência uma melhor avaliação e definição dos limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais, e também o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas.

A principal atividade da gestão de risco de mercado é de elaborar análises de sensibilidade e simular resultados em cenários de estresse para as posições da Seguradora. O controle do risco de mercado é acompanhado pela área financeira, cujas principais atribuições são:

- definir estratégias de atuação para a otimização dos resultados e apresentar as posições mantidas pela organização;
analisar o cenário político-econômico nacional e internacional (envolvendo oscilação cambial);
avaliar os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais;

Dentre as principais atividades da área de Gestão de Risco de Mercado, destacamos o acompanhamento, cálculo e análise do risco de mercado das posições, por meio da metodologia do VaR.

(iii) Análise do risco de mercado

A política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que os limites de VaR são definidos pelo Comitê ALMIC (Asset Liability Management Investment Committee), sendo o cumprimento destes acompanhado diariamente por área independente à do gestor das posições. A metodologia adotada para a apuração do VaR tem nível de confiança de 99% e horizonte de tempo de 250 dias. As volatilidades e as correlações utilizadas pelos modelos são calculadas a partir de métodos estatísticos e são ajustadas, quando necessário, a fatos ainda não capturados pelos dados utilizados nos modelos e a sensibilidade dos participantes dos trabalhos. A metodologia aplicada e os modelos estatísticos existentes são validados diariamente utilizando-se técnicas de backtesting. O backtesting compara o VaR diário calculado com o resultado obtido com essas posições (excluindo resultado com posições intraday, taxas de corretagem e comissões). O principal objetivo do backtesting é monitorar, validar e avaliar a aderência do modelo de VaR, sendo que o número de rompimentos deve estar de acordo com o intervalo de confiança previamente estabelecido na modelagem. A Seguradora considera o modelo de simulação histórica para o cálculo do VaR. Esse

Table with 7 columns: De 1 a 30 dias ou sem vencimento, De 31 a 180 dias, De 181 a 360 dias, Acima de 360 dias, Valor de Mercado, Ajustes de avaliação patrimonial, líquido dos efeitos tributários, Custo atualizado.

Table with 7 columns: Saldo em 2016, Aplicações, Resgates, Rendimentos, Ajustes TVM, Saldo em 2017, Saldo em 2015, Aplicações, Resgates, Rendimentos, Ajustes TVM, Saldo em 2016.

Table with 7 columns: Saldo em 2016, Aplicações, Resgates, Rendimentos, Ajustes TVM, Saldo em 2017, Saldo em 2015, Aplicações, Resgates, Rendimentos, Ajustes TVM, Saldo em 2016.

(c) Estimativa do valor justo

A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue:

- Nível 1 – títulos com cotação em mercado ativo;
Nível 2 – títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável;
Nível 3 – títulos que não possuem seus custos determinados com base em um mercado observável.

Nos exercícios de 2017 e 2016, a Seguradora não apresenta nenhum título classificado no nível 3.

Table with 4 columns: Nível 1, Nível 2, 2017 Total, 2016 Total.

Table with 4 columns: 2017, 2016, 2017, 2016.

modelo considera que é possível medir a perda máxima em um dia para uma carteira de ativos, dado um intervalo de confiança. Seguem os resultados obtidos para os exercícios de 2017 e 2016:

Table with 4 columns: 2017, 2016, 2017, 2016.

Table with 4 columns: 2017, 2016, 2017, 2016.

6. Aplicações

(a) Classificação das aplicações

As tabelas abaixo demonstram a classificação das aplicações e os respectivos vencimentos:

Table with 5 columns: 2017, 2016, 2017, 2016.

Table with 4 columns: Nível 1, Nível 2, 2016 Total.

Letras Financeiras (LF)
Quotas de fundos de investimentos
Letras de Câmbio
SWAP
Ações
Debêntures
Fundos de investimentos não exclusivos
Quotas de fundos de investimentos - DPVAT

Table with 5 columns: Ativos, Data aquisição, Data vencimento, Taxa de juros, Valor.

Table with 5 columns: Ativos, Data aquisição, Data vencimento, Taxa de juros, Valor.

Table with 5 columns: Ativos financeiros, Ativos ao valor justo por meio do resultado, Disponível para venda, Empréstimos e recebíveis.

Table with 5 columns: Ativos financeiros, Ativos ao valor justo por meio do resultado, Disponível para venda, Empréstimos e recebíveis.

(f) Análise de sensibilidade
A Seguradora realizou análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, com base na variação da taxa SELIC os quais estão apresentados brutos dos efeitos tributários conforme destacado no quadro a seguir:

Table with 5 columns: 2017, 2016, 2017, 2016.

Table with 5 columns: 2017, 2016, 2017, 2016.

7. Imposto de renda e contribuição social

Table with 4 columns: 2017, 2016, 2017, 2016.

Total do imposto de renda e contribuição social
(a) Apuração do imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas oficiais, e conciliados para os valores registrados como despesa de cada semestre findo, conforme segue:

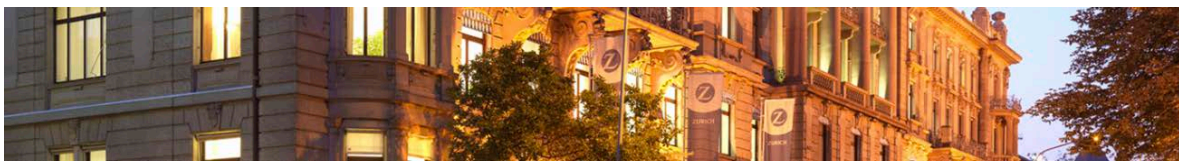
Table with 4 columns: 2017, 2016, 2017, 2016.

(b) Ativos e passivos fiscais diferidos
Os créditos tributários diferidos são compostos como segue:

Table with 5 columns: Saldo em 2016, Consti-tuição, Realiza-ção, Saldo em 2017.

continua na página seguinte ...





... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

8. Obrigações a pagar

Table with 3 columns: Description, 2017, 2016. Rows include Outras obrigações, Dividendos a pagar, Pagamentos a efetuar, Total das obrigações a pagar.

(\*) recebimentos diversos dos últimos dias do mês pendentes de identificação com os extratos bancários, conciliados na competência seguinte.

9. Custos de aquisição diferidos

(a) Premissas e prazo para diferimento: Os custos de aquisição diferidos são constituídos pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros...

(b) Discriminação

Table with 3 columns: Description, 2017, 2016. Rows include Comissões seguros, Comissões previdência, Total.

10. Provisões judiciais e depósitos judiciais

(a) Saldos patrimoniais das provisões para processos judiciais e administrativos, obrigações legais e depósito judicial por natureza.

Table with 3 columns: Description, 2017, 2016. Rows include Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais, Total, Depósito Judicial Fiscal - COFINS, Total.

(b) Movimentação das provisões para processos judiciais e administrativos fiscais e obrigações legais:

Table with 4 columns: Description, Saldo em 2016, Constituição líquida de reversão, Saldo em 2017. Rows include Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais, PIS/COFINS Receitas Financeiras/COFINS, Saldo dos Créditos Tributários Registrados.

11. Provisões técnicas

(a) Seguros - Circulante e não circulante

Table with 6 columns: Description, Provisão de sinistros a liquidar (i), Provisão de sinistros ocorridos e não avisados, Provisão matemática de benefícios a conceder e concedidos, Provisão de despesa relacionada, Outras provisões (ii), Total. Rows include DPVAT, Vida com cobertura de sobrevivência, Total.

Table with 6 columns: Description, Provisão de sinistros a liquidar (i), Provisão de sinistros ocorridos e não avisados, Provisão matemática de benefícios a conceder e concedidos, Provisão de despesa relacionada, Outras provisões (ii), Total. Rows include DPVAT, Vida com cobertura de sobrevivência, Total.

(i) A Seguradora não está apresentando o quadro de desenvolvimento de sinistros, pois esta provisão é composta apenas de seguros do ramo DPVAT.

(ii) Outras provisões estão relacionadas à provisão de despesa administrativa - DPVAT, provisão complementar de contribuição, provisão de resgate e outros valores a regularizar.

(b) Previdência complementar - Circulante e não circulante

Table with 6 columns: Description, Provisão matemática de benefícios a conceder, Provisão de prêmios não ganhos, Provisão matemática de benefícios concedidos, Provisão de sinistros a liquidar, Provisão eventos ocorridos não avisados, Provisão de resgate e outros valores a regularizar, Provisão de despesas relacionadas, Total. Rows include Provisão matemática de benefícios a conceder, Provisão de prêmios não ganhos, Provisão matemática de benefícios concedidos, Provisão de sinistros a liquidar, Provisão eventos ocorridos não avisados, Provisão de resgate e outros valores a regularizar, Provisão de despesas relacionadas, Total.

(c) Movimentação das provisões técnicas - seguros

Table with 6 columns: Description, 2016, Constituição, Portabilidade líquida, Resgates/Reversões, Atualização monetária e juros, 2017. Rows include Provisão sinistro a liquidar - DPVAT, Prov. Sinistro ocorrido mas não avisados - DPVAT, Outras provisões - DPVAT, Provisão matemática benefícios a conceder, Provisão excedentes financeiros, Provisão resgates e outros valores a regularizar, Provisão matemática benefícios concedidos, Provisão de despesas relacionadas, Saldo total.

(d) Movimentação das provisões técnicas - previdência complementar

Table with 6 columns: Description, 2015, Constituição, Portabilidade líquida, Resgates/Reversões, Atualização monetária e juros, 2016. Rows include Provisão matemática de benefícios a conceder, Provisão riscos não expirados, Provisão matemática de benefícios concedidos, Provisão benefício a regularizar, Provisão eventos ocorridos não expirados, Provisão resgates e/ou outros valores a regularizar, Provisão despesas relacionadas, Saldo total.

(e) Garantias das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

Table with 6 columns: Description, 2015, Constituição, Portabilidade líquida, Resgates/Reversões, Atualização monetária e juros, 2016. Rows include Provisão matemática de benefícios a conceder, Provisão riscos não expirados, Provisão matemática de benefícios concedidos, Provisão benefício a regularizar, Provisão eventos ocorridos não expirados, Provisão resgates e/ou outros valores a regularizar, Provisão despesas relacionadas, Saldo total.

(f) Garantias das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

Table with 6 columns: Description, 2015, Constituição, Portabilidade líquida, Resgates/Reversões, Atualização monetária e juros, 2016. Rows include Provisão matemática de benefícios a conceder, Provisão riscos não expirados, Provisão matemática de benefícios concedidos, Provisão benefício a regularizar, Provisão eventos ocorridos não expirados, Provisão resgates e/ou outros valores a regularizar, Provisão despesas relacionadas, Saldo total.

12. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 12.628, está representado em 31 de dezembro de 2017 e em 2016 por 329.236 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Reservas de lucros

Reserva legal (i) 1.216 1.088

Reserva estatutária (ii) 7.534 5.710

Reservas de lucros 8.750 6.798

(i) A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, sendo calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social, e poderá ser utilizada para compensação de prejuízos ou aumento de capital social.

(ii) A reserva estatutária refere-se ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios,

o qual, por proposta da Administração, está retido nos termos da lei societária. Sua destinação será submetida à deliberação da Assembleia Geral.

(c) Dividendos propostos

São assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido anual ajustado de acordo com a legislação societária. Em 2017 o valor de dividendos corresponde a R\$ 608 (R\$ 401 em 2016).

(d) Patrimônio líquido ajustado econômico e Capital Mínimo Requerido

Descrição 2017 2016

Patrimônio líquido 21.468 19.327

Ajustes contábeis: Despesa antecipada. (175) -

Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social. (222) -

Ajuste econômico: Superávit entre as provisões constituídas e fluxo realista de entrada e saída. 106 382

Patrimônio líquido ajustado econômico 21.177 22.267

Capital base (a) 15.000 15.000

Capital adicional baseado no risco de subscrição 11.288 8.042

Capital adicional baseado no risco de crédito 1.671 1.764

Capital adicional baseado no risco operacional 1.337 974

Benefício adicional baseado no risco de mercado 381 175

Benefício da diversificação (1.024) (878)

Capital base de risco (b) 13.654 10.077

Capital mínimo requerido (maior entre (a) e (b)) 15.000 15.000

Suficiência de capital 6.177 7.267

A Seguradora apurou o Capital Mínimo Requerido utilizando em seus cálculos os fatores constantes dos Anexos da Resolução CNSP nº 321/15 e alterações através da Resolução CNSP 343/2016, apresentando suficiência em relação ao patrimônio líquido ajustado. A Seguradora adotou a premissa de utilizar 100% do capital adicional baseado no risco de mercado para efeito do cálculo de capital.

13. Detalhamento das principais contas das demonstrações do resultado

(a) Prêmios emitidos 2017 2016

Prêmios convênio DPVAT 20.792 31.561

Total dos prêmios emitidos 20.792 31.561

(b) Sinistros ocorridos 2017 2016

Indenizações avisadas - DPVAT (11.989) (12.465)

Despesas de sinistros - DPVAT (5.271) (5.429)

Variação da provisão sinistros/eventos ocorridos mas não avisados (233) (8.970)

Total dos sinistros ocorridos (17.493) (26.864)

(c) Custos de aquisição 2017 2016

Comissão DPVAT (245) (442)

Despesas de corretagem (1.225) (235)

Total dos custos de aquisição (1.470) (677)

(d) Outras despesas operacionais 2017 2016

Convênio DPVAT 1.876 1.924

Outras receitas 27 -

Outras receitas operacionais 1.903 1.924

Convênio DPVAT (2.244) (2.440)

Outras despesas (98) (124)

Outras despesas operacionais (2.342) (2.564)

Total das outras despesas operacionais (439) (640)

(e) Despesas administrativas 2017 2016

Pessoal próprio (614) -

Serviços de terceiros (694) (718)

Localização e funcionamento (576) (418)

Publicações (98) (201)

Donativos e contribuições (1) (40)

Despesas administrativas compartilhadas (2.058) (695)

Despesas administrativas do convênio DPVAT (1.399) (1.487)

Total das despesas administrativas (5.440) (3.559)

(f) Despesas com tributos 2017 2016

Impostos federais, municipais e estaduais (163) (114)

COFINS e PIS\* 3.806 (1.516)

Taxa de fiscalização (750) (781)

Outros tributos (1) -

Total das despesas com tributos 2.892 (2.411)

\*A despesa com COFINS e PIS está representada por R\$ 4.864 de receita pelo Programa de Regularização Tributária - PRT, conforme MP nº 766/2017, e por R\$ 709 de despesa oriunda da operação normal.

(g) Resultado financeiro 2017 2016

Rendimento das aplicações de renda fixa 1.421 1.350

Rendimento com quotas de fundos 146.673 152.888

Outras receitas financeiras 803 934

Encargos sobre provisões técnicas (141.815) (145.810)

Despesas financeiras de renda fixa (237) (22)

Despesas financeiras com convênio DPVAT (4.758) (6.737)

Despesas financeiras sobre encargos tributários (495) (823)

Outros (82) (75)

Total do resultado financeiro 1.510 1.705

14. Partes relacionadas

A Companhia Zurich Financial Services mantém estrutura operacional comum para suas empresas na América Latina. Os custos incorridos com essa estrutura são absorvidos proporcionalmente à receita auferida em cada empresa desta região, com base em termos contratuais. Estão demonstrados os valores relacionados dessa operação, conforme contrato de custo compartilhado das atividades administrativas:

2017 2017 2016 2016

Ativo e passivo Receitas e despesas Ativo e passivo Receitas e despesas

Despesas: Zurich Minas Brasil Seguros S.A. (333) (2.244) 88 (694)

(a) Remuneração do pessoal chave da administração

Os valores de remuneração dos administradores da Zurich Vida e Previdência S.A. fazem parte das demonstrações financeiras da Zurich Minas Brasil Seguros S.A., devido ao compartilhamento da Administração. Em 31 de dezembro de 2017, o montante devido é de R\$ 2.244 (R\$ 694 em 31 de dezembro de 2016).

15. Eventos subsequentes

Para 2018 a Seguradora revogou o contrato de DPVAT, passando a operar apenas com o produto de previdência.

DIRETORES: Edson Luís Franco, Marcio Benevides Xavier, Miguel Iniesta Soria, Gláucia Asvolinsque Diogo de Faria Smithson

CONTADOR: Ana Paula Lima Petri Venturini, CRC 1SP 267.635/O-1

ATUÁRIO: Fernanda Lores, MIBA 1740

COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução: O Comitê de Auditoria (o "Comitê") da ZURICH VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. ("Seguradora") é constituído nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP nº 321/15 e alterações posteriores, tendo o seu regulamento revisado e aprovado pelo Conselho de Administração da Seguradora. Compete ao Comitê assessorar o Conselho de Administração na supervisão (i) da qualidade e integridade das demonstrações financeiras, (ii) do cumprimento pela Seguradora das exigências legais e regulamentares, (iii) das habilitações e independência dos Auditores Externos, (iv) do desempenho da função da auditoria interna da Seguradora e dos auditores externos, e (v) das atividades de gerenciamento de riscos e de controles internos. É responsabilidade da Administração a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as leis e regulamentos vigentes no Brasil, a definição e manutenção de controles internos adequados para garantir a qualidade e integridade das informações financeiras, bem como, as de controles e gerenciamento de riscos. As avaliações do Comitê são efetuadas com base nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento dos controles internos e de riscos, além de suas próprias análises.

1. Atividades do Comitê: No decorrer do exercício de 2017, o Comitê desenvolveu

as seguintes atividades, cujos temas e discussões abordados, foram: a. Discussão dos procedimentos operacionais e do status do plano de trabalho do Comitê; b. Auditoria Interna - discussão do plano de trabalho para o exercício de 2017 e dos relatórios emitidos; c. Auditoria Externa - discussão do plano de trabalho e dos aspectos relacionados aos procedimentos de independência e qualificação dos Auditores Externos, bem como, dos relatórios emitidos e dos resultados alcançados decorrentes da auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2017; d. Controladoria - discussão dos processos de contabilização, avaliação das estimativas contábeis, consistência dos saldos contábeis e dos relatórios gerenciais; e. Revisão das demonstrações financeiras do exercício de 2017.

2. Auditoria Interna: O Comitê apreciou o plano de trabalho desenvolvido pela auditoria interna para o exercício de 2016 e os relatórios gerados. O Comitê considera que os trabalhos propostos e realizados pela auditoria interna para o exercício de 2017, mostram-se suficientes.

3. Auditoria Externa: O Comitê avaliou que os trabalhos desenvolvidos pelos auditores externos da Seguradora, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, foram adequados para suportar a sua opinião sobre as demonstrações financeiras

do exercício de 2017.

4. Controladoria: Os processos de contabilização das principais operações são altamente automatizados, havendo pouca intervenção manual. Os saldos contábeis são conciliados com os registros auxiliares e não foram apuradas diferenças significativas, o que permite assegurar a sua consistência. As estimativas contábeis são feitas de acordo com critérios usualmente aceitos.

5. Demonstrações Financeiras: O Comitê revisou as demonstrações financeiras da Seguradora relativa ao exercício de 2016, bem como os respectivos relatórios da Administração.

6. Conclusão: Com base nas atividades desenvolvidas, conforme acima exposto, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração da ZURICH VIDA E PREVIDENCIA S.A. a aprovação das demonstrações financeiras, relativas ao exercício de 2017.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2018.

Membros: Helio Fernando Leite Solino, Luiz Roberto Cafarella, Julio de Albuquerque Bierrenbach

continua na página seguinte ...

**PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES****Aos Acionistas e Administradores da Zurich Vida e Previdência S.A.****Escopo da auditoria**

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, da solvência e dos limites de retenção da **Zurich Vida e Previdência S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2017, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente.

**Responsabilidade da Administração**

A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, da solvência e dos limites de retenção, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos atuários independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Su-

perintendência de Seguros Privados (SUSEP). Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, da solvência e dos limites de retenção, estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Zurich Vida e Previdência S.A.** em 31 de dezembro de 2017, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo

com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

**Outros assuntos**

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018

**PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.**

Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino

São Paulo-SP – Brasil 05001-903

CNPJ 02.646.397/0001-19

CIBA 105

**Carlos Eduardo Silva Teixeira**

MIBA 729

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas

**Zurich Vida e Previdência S.A.****Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Zurich Vida e Previdência S.A. (“Seguradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zurich Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso

conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018



**PricewaterhouseCoopers**  
**Auditores Independentes**  
CRC 2SP000160/O-5

**Edison Arisa Pereira**  
Contador  
CRC 1SP127241/O-0